

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO)

Requer a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nº 422/2016 e seu apensado nº 512/2016.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no inciso I do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nº 422/2016 e nº 512/2016 (apensado ao primeiro), tendo em vista que os dispositivos regulamentares alvos da sustação sugerida nas proposições já foram revogados no ano de 2020. Dessa forma, conclui-se que o objeto das proposições não existe mais no mundo jurídico, o que configura a perda da oportunidade contemplada no inciso I do referido artigo.

JUSTIFICAÇÃO

Os Projetos de Decreto Legislativo nº 422/2016 e nº 512/2016 (apensado ao primeiro), que estão sob minha Relatoria na Comissão de Saúde, propõem a sustação dos dispositivos normativos constantes da Portaria GM/MS nº 158, de 4 de fevereiro de 2016, e da Resolução RDC nº 34, de 11 de junho de 2014, da Anvisa, que tratavam da inaptidão temporária, pelo prazo de doze meses, para doação de sangue por homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou parceiras sexuais destes.

Em que pese a relevância da matéria e sua adequada discussão, considero importante destacar que os dispositivos combatidos pelas



proposições já não estão mais vigentes no mundo jurídico. Conforme pode ser visto na Portaria nº 1.682, de 2 de julho de 2020, do Ministério da Saúde, assim como na Resolução RDC nº 399, de 7 de julho de 2020, da Anvisa, essas instâncias reguladoras revogaram a restrição relacionada com a inaptidão temporária referenciada acima.

Vale salientar que esse posicionamento das instâncias reguladoras seguiu o posicionamento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN nº 5543, que considerou inconstitucional a restrição normativa que considerava inapto temporariamente, por 12 meses, os homens que tiveram relações sexuais com outros homens ou parceiros destes.

Assim, com os dispositivos combatidos pelas proposições em comento tendo sido revogados, ou seja, não mais existem no mundo jurídico, houve a perda do objeto dos Projetos de Decreto Legislativo citados acima, as quais perderam a oportunidade de produção de efeitos jurídicos. Diante disso, pode concluir pela concretização da previsão do art. 164, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ante o exposto, solicito a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nº 422, de 2016, e nº 512, de 2016.

Sala da Comissão, em 04 de Julho de 2023.

Deputado PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO

